

Itamaraty prevê maior diálogo após Cartagena

BRASILIA — A reunião de Cartagena, na Colômbia, que reunirá chanceleres e ministros da área econômica de dez países latino-americanos, a partir desta quinta-feira, deverá ser o primeiro passo para uma segunda etapa de negociação entre credores e devedores. A opinião é de fonte credenciada do Itamaraty, que acredita estar terminado, agora, o processo de declarações conjuntas.

Segundo a fonte, é preciso passar a um novo estágio de atuação política conjunta sobre o endividamento e este deverá ser o objetivo do encontro de Cartagena, a partir do qual o Brasil espera levar adiante o processo de diálogo entre países pobres e ricos. O Itamaraty acredita que a abertura para este diálogo ficou clara, após a reunião de cúpula dos sete países industrializados, em Londres.

O diplomata reconhece que este processo de diálogo será árduo e penoso, não havendo a ilusão de que virá da noite para o dia. Afirma, contudo, que a declaração dos sete ricos foi flexível e cita os indícios: registra as preocupações dos países em desenvolvimento, com relação às dificuldades internas enfrentadas para pagamento da dívida; reconhece a necessidade de se baixar as taxas de juros e sanciona a ação dos bancos para negociar por períodos mais longos e não apenas anualmente.

O Itamaraty, no entanto, reafirma que as expectativas em torno da reu-

nião de Cartagena não devem ser grandes e não se deve esperar resultados práticos sobre a negociação da dívida de cada país, isoladamente. A expectativa, na chancelaria brasileira, é de que não se vai “tirar nenhum coelho da cartola”, mas sim encontrar meios de melhorar as condições de negociação em torno das dívidas.

“Queremos melhorar o quadro para que os nossos técnicos negociem a dívida”, comenta o diplomata do Itamaraty. Ressalta que não se buscará a confrontação com os países ricos. Garante que não se sairá de Cartagena com pontos específicos, como determinação de prazos ideais de amortização, carência ou juros.

A ação conjunta mais contínua de países da América Latina se deve, segundo a análise do diplomata, a fatores positivos e negativos no sistema econômico mundial. Os positivos, considerados por ele de grande importância, foram a reativação da economia dos Estados Unidos, a recuperação do comércio internacional e o desafogo do mercado do petróleo. Contrapondo-se a isto, a fonte do Itamaraty cita as altas taxas de juros e as sucessivas dificuldades encontradas pelos países em desenvolvimento para pagamento de suas dívidas externas, além da crescente tendência ao “protecionismo”, que limita as saídas dos países endividados através do comércio.